



O PROCESSO NEOLIBERAL DE PRIVATIZAÇÃO NO USO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO DOS ANOS DE 1995 A 2002.

Guilherme Augusto Cabreira¹
William Martins Lourenço²
Eduardo Schumann³
Pedro de Moura Alves⁴

RESUMO

O processo responsável por criar as condições necessárias para inserir de forma subordinada o Brasil na economia mundial é continuado ao longo da sua história, encontrando seu ápice na década de 1990 com a chegada do neoliberalismo no Brasil. As diretrizes desta "nova" economia política possuíam o objetivo de reduzir o papel do Estado através de privatizações/desnacionalização, disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira, comercial e investimentos externos diretos. Procuramos entender ao longo do trabalho de que maneira as reformas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), sobretudo as privatizações, impactaram no território brasileiro. Para que isto, utilizamos uma abordagem metodológica dividida em três etapas, a primeira, consistiu em um levantamento bibliográfico para desenvolvermos os conceitos-chaves da pesquisa, o segundo consistiu em um levantamento sobre os investimentos externos diretos e as privatizações realizadas no nosso recorte temporal, dados colhidos nas plataformas oficiais do BACEN e do BNDES e por último, o agrupamento e a avaliação crítica do material levantado. Evidencia-se ao longo da pesquisa o aumento quantitativo do capital externo brasileiro, estando diretamente relacionado com os processos de privatizações orquestrado pela política econômica neoliberal de Fernando Henrique. O ano de 1995 marca o aumento do número de privatizações realizadas e paralelamente o capital externo passa ser cada vez mais o principal protagonista dos setores leiloados para a iniciativa privada, representando, portanto, uma perda significativa do controle do Estado dos setores produtivos e de infraestrutura.

Palavras-chave: Fernando Henrique, Neoliberalismo, Privatizações, Território.

RESUMEN

El proceso responsable de crear las condiciones para la inserción subordinada de Brasil en la economía mundial es continuo a lo largo de su historia, alcanzando su punto máximo en la década de 1990 con la llegada del neoliberalismo a Brasil. Los lineamientos de esta "nueva" economía política tenían el objetivo de reducir el papel del Estado a través de la privatización / desnacionalización, la disciplina fiscal, la reforma tributaria, la liberalización financiera y comercial y la inversión extranjera directa. En el transcurso de este trabajo, buscamos comprender cómo las reformas neoliberales del gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), especialmente las privatizaciones, tuvieron un impacto en el territorio brasileño. Para ello, se utilizó un enfoque metodológico dividido en tres etapas, la primera consistió en una encuesta bibliográfica para desarrollar los conceptos clave de la investigación, la segunda consistió en una encuesta sobre la inversión extranjera directa y cómo se llevaron a cabo las privatizaciones en nuestro marco de tiempo, datos recogidos de las plataformas oficiales del BACEN y

¹Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, cabreiragui@gmail.com;

²Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, - willilou@gmail.com

³ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, - eduardoschumann01@gmail.com

⁴Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, - willilou@gmail.com



BNDES y, finalmente, la agrupación y evaluación crítica del material recogido. A lo largo de la investigación, es evidente el aumento cuantitativo del capital externo brasileño, directamente relacionado con los procesos de privatización orquestados por la política económica neoliberal de Fernando Henrique. El año de 1995 marca el incremento en el número de privatizaciones realizadas y, en paralelo, el capital extranjero se convierte cada vez más en el principal protagonista de los sectores subastados para el sector privado, representando, por tanto, una pérdida efectiva del control estatal de la producción y la infraestructura.

Palabras clave: Fernando Henrique, Neoliberalismo, Privatizaciones, Territorio.

INTRODUÇÃO

A década de 1950 marca o período em que o Estado brasileiro emprega esforços substanciais para efetivar seu processo de industrialização, a internacionalização de sua economia e a inserção intensiva e subordinada do país no capitalismo mundial. O governo brasileiro, sobre a presidência de João Café Filho, lança janeiro de 1955 a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), iniciativa que buscava orientar o país rumo internacionalização de sua economia, criando condições institucionais favoráveis ao aporte do capital internacional em território brasileiro.

De acordo com Caputo e Melo (2009) e Maciel (2014), a instrução 113 representa um novo paradigma na política econômica brasileira, pois subordina de forma crescente a economia nacional ao capital internacional, que assume o controle do financiamento de parcela significativa do processo de industrialização nacional, obtendo cada vez mais hegemonia no interior do tripé: capital estatal - capital nacional - capital internacional, base do processo de desenvolvimento industrial nacional nos anos posteriores.

A entrada massiva de capital internacional intensifica-se ao longo dos sucessivos anos e governos, encontrando na ditadura empresarial-militar (1964-1985) terreno fértil para a sua reprodução ampliada e, segundo Maciel (2014), submete a economia brasileira às regras do capitalismo monopolista, reconstruindo as relações de dependência entre centro e periferia, agora sobre novas bases. Cislighi (2019) aponta que durante este período o Brasil entrou definitivamente na fase monopolista do capitalismo, pois os processos de concentração e centralização do capital apresentavam predomínio do capital internacional na forma de Investimentos Externos Diretos (IEDs), dos monopólios e do capital financeiro, elementos centrais, segundo Lênin (1986) da fase imperialista do capitalismo.

O fenômeno de exportação de capitais sobre a forma de IEDs é identificado por Lênin (1986) como característica fundamental do capitalismo em sua fase monopolista. Sua obra identifica os pilares de sustentação do capitalismo em sua fase monopolista, colocando em



evidência o papel central dos monopólios, do capital financeiro e da exportação de capitais, expressões predominantes deste momento do modo de produção capitalista.

O processo responsável por criar as condições necessárias para inserir de forma subordinada o Brasil na economia mundial é continuado, encontrando seu ápice na década de 1990, que transforma substancialmente estes processos devido à chegada do neoliberalismo no Brasil. As diretrizes desta "nova" economia política possuíam o objetivo de reduzir o papel do Estado através das privatizações, disciplina fiscal, reforma tributária, liberalização financeira, comercial e investimentos externos diretos (Gennari, 2001).

Frente a este contexto estabelecemos o objetivo deste trabalho, o qual consiste em analisar os impactos no território brasileiro das agendas neoliberais de privatizações entre os anos de 1995 a 2003 nas gestões referentes aos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB)⁵, buscando compreender o processo de uso corporativo do território brasileiro imposto pelo capital internacional.

A justificativa para a realização do trabalho pode ser observada na atual conjuntura político-econômica brasileira, na medida em que as privatizações⁶ voltaram a tomar à centralidade no processo de reestruturação do Estado brasileiro, colocando novamente a venda para o capital internacional parcelas significativas dos sistemas de infraestruturas nacional, intensificando o uso corporativo do território pelas grandes empresas.

METODOLOGIA

A primeira etapa metodológica do trabalho consistiu em uma revisão bibliográfica, cujos materiais consultados foram livros, artigos científicos, teses e dissertações disponíveis Banco de teses e dissertações CAPES, além de revistas científicas de áreas diversas das Ciências Humanas que discutam a temática do trabalho, construindo uma perspectiva interdisciplinar.

⁵ O presente artigo apresenta resultados preliminares do projeto de mestrado intitulado: "A Geopolítica do Imperialismo: o processo neoliberal de privatização do território brasileiro no período de 1995 a 2011", realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. O artigo foi orientado pelo prof. Dr. Tiaraju Salini Duarte.

⁶ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/31/mapa-das-privatizacoes-governo-tem-115-projetos-em-carteira-e-quer-leiloar-ao-menos-6-estatais-em-2020.ghtml>;
<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/30/agora-vai-mac-cord-promete-privatizacoes-e-bilhoes-em-imizeis-ainda-em-2021>



Como autores principais do trabalho destacam-se: Lênin (1986); Becker (2012); Godoy (2015); Amin (2006); Boron (2020); Gonçalves e Azevedo (1982); Gennari (2002); Leme (2010); Almeida (2009); Santos (2000) e Santos, Silveira e Souza (1998).

Após a revisão teórica, partiu-se para a segunda etapa, o levantamento de dados em fontes oficiais, sendo elas: os censos de capitais estrangeiros⁷ do Banco Central do Brasil (BACEN) e as séries históricas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre os processos de privatizações/desestatizações. O agrupamento e tratamento de todos os elementos levantados será realizada através das ferramentas do Software Excel. Os dados são compostos, respectivamente, pelas seguintes variáveis:

(I) – Censo de capitais estrangeiros: Ano; País de origem; Fluxo de capital em US\$ milhões; Porcentagem e Total.

(II) – Séries históricas de privatizações/desestatizações: Tipo de operação; Ano; Empresa e Setor.

Após, no terceiro momento da metodologia da pesquisa, será realizado um mapeamento temporal das principais privatizações no Brasil entre os anos de 1995 a 2003. Assim, teremos subsídios quali-quantitativos para que possamos analisar os períodos que competem às gestões de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), buscando compreender de que forma agenda neoliberal privatizante altera as formas de uso do território brasileiro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os anos 90 representam o período de aumento significativo de investimentos externos diretos no Brasil, base do processo de reestruturação econômica que tinha como princípio a abertura para o capital internacional, acarretando em um aumento da desnacionalização⁸ da economia em importantes segmentos (BENETTI, 2000). Este processo atinge setores estratégicos para o desenvolvimento de uma economia soberana frente ao cenário das disputas hegemônicas mundiais inseridas no processo de globalização econômica.

Os reflexos do movimento destes fluxos de capitais servem de base para os estudos da Geografia do Imperialismo, a qual fornece instrumentos teóricos e metodológicos fundamentais

⁷ O BACEN utiliza o conceito de capital estrangeiro ao invés de investimentos externos diretos. Censo disponível em: <https://www.bcb.gov.br/rex/censoce/port/censo.asp?frame=1>

⁸ Este fenômeno configura-se como um processo pelo qual grupos internacionais adquirem uma parcela significativa da economia nacional mediante estratégias que permeiam desde (I) compra de empresas nacionais por grupos estrangeiros; (II) concorrência que esses grupos fazem às companhias nacionais, desalojando-as do mercado; (III) ocupação de setores dinâmicos da economia por capitais estrangeiros (SANDRONI, 1999).



para o presente artigo. Propomos, portanto, como aporte teórico para analisar o objeto da pesquisa um retorno ao que Amin (2006) e Boron (2020) intitulam de Geopolítica do Imperialismo contemporâneo, buscando uma convergência desta análise com os conceitos neoliberalismo e globalização econômica.

Quando nos referimos a geopolítica do imperialismo contemporâneo, propomos compreender as disputas entre os Estados nacionais e seus diferentes mecanismos de intervenção, seja na forma de investimentos externos diretos ou das corporações multinacionais, na disputa pela hegemonia político-econômica a nível mundial. Neste sentido, compreendemos o espaço por meio de uma arena conflituosa que mescla diversos atores e estruturas da sociedade que se atravessam em múltiplas escalas.

Salientamos a importância do neoliberalismo e da globalização como processos que dinamizam a estrutura de funcionamento do capitalismo, colocando novas questões a serem interpretadas. Até o período que antecede a passagem do século XX para o XXI, as relações econômicas internacionais operavam majoritariamente com ênfase em duas variáveis, o comércio mundial e a exportação de capitais, conjuntura que viria mudar posteriormente.

O capitalismo ao expandir as relações de circulação mundial para as esferas produtiva, financeira e para outros campos da vida social, como a cultura e a informação, unificou em escala global o ciclo de acumulação do capital. Neste sentido, a globalização é compreendida de acordo com Santos (2000), como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.

Desta forma, compreendemos, assim como Becker (2012), que novas problemáticas emergem a partir do avanço destes processos políticos sobre o território brasileiro, empregando o domínio privado do espaço geográfico como forma de controle social. O retorno a uma análise centrada na Geopolítica do imperialismo contemporâneo significa, portanto, avançar na recuperação da dimensão política do espaço geográfico, mas que tem como condição objetivar a superação das análises deterministas sobre o fenômeno do imperialismo (GONÇALVES e AZEVEDO, 1982).

Dentro dessa perspectiva, o desenvolvimento de uma análise através da Geopolítica do imperialismo não acontece somente no campo teórico, mas também por meio da compreensão de transformações territoriais cujo desdobramento se materializam na realidade, requerindo uma compreensão que articule o espaço geográfico com os fatores econômicos, sociais, políticos e militares que são parte integrante da totalidade destes conceitos

Destacamos que a nossa proposta consiste em uma análise geográfica do processo neoliberal de uso do território durante os governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB), pois



compreendemos as privatizações não somente como apropriações de setores produtivos ou de infraestruturas, mas também a privatização do próprio território nacional, resultando em perdas significativas do controle da extensão territorial brasileira por parte do Estado, indo de acordo com as leituras de Tozi (2009); André e Mesquita (2019).

A geopolítica do imperialismo contemporâneo de Amin (2006), compreende que o capitalismo é um sistema ontologicamente polarizante: ele produz a formação simultânea de centros dominantes e periferias dominadas, condição fundamental para o processo de produção, reprodução e acumulação do capitalismo a nível mundial.

Neste cenário, as economias periféricas, como é o caso brasileiro, assumem, por muitas vezes, posições de subordinação, aceitando, sem quaisquer tipo de resistência, orientações que vem de fora de nossas fronteiras nacionais e possuem como objetivo garantir os interesses daqueles que sempre estiveram à frente nesta disputa, como é o caso do neoliberalismo.

O processo de amadurecimento internacional por qual o capitalismo passa através das transformações dialéticas oriundas do período da globalização neoliberal impôs ao grande capital a urgência de um reordenamento dos monopólios globais. Estes, por sua vez, acontecem mediante estratégias de mega-fusões e incorporações nos setores industrial, bancário e de serviços, cujo terreno institucional para garantir o sucesso de tais operações foi preparado pelos projetos neoliberais específicos de cada país (COSTA, 2013).

Nesta constatação reside a intersecção entre os conceitos de geopolítica do imperialismo, neoliberalismo e globalização, pois esta conjuntura introduz uma nova configuração na disputa intercapitalista pela hegemonia mundial, travada pelos países do centro do capitalismo e suas corporações

A globalização intensifica estes processos, sobretudo quando falamos da compreensão de Gonçalves (2006) sobre o fenômeno, a qual nos alinhamos. O autor citado demonstra que os discursos de interdependência são cada vez mais comuns nas análises sobre este conceito e mascaram as relações hierárquicas de poder entre os países na atual divisão internacional do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



A aplicação do neoliberalismo no Brasil é garantido pelo processo de abertura comercial e a criação do Programa Nacional de Desestatização⁹ (PND) através da lei nº 8031 de 12 abril de 1990 durante o governo Fernando Collor, que buscava acelerar o processo de privatizações das empresas estatais reordenando a posição estratégica do Estado na economia e transferindo a iniciativa privada atividades devidamente exploradas pelo setor público (GENNARI, 2001).

O papel desempenhado pelo BNDES neste período consiste em atuar tanto na estruturação dos projetos de desestatização como no apoio financeiro aos vencedores dos leilões. Tais políticas serão intensificadas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), que orienta as ações governamentais buscando atrair o capital financeiro internacional para o território brasileiro.

Esta forma de gestão do desenvolvimento apoia-se na abertura da economia nacional privilegiando o capital internacional, que atua mediante IEDs, por meio de leilões de bens /estruturas ligados a União e/ou a governos em suas esferas estaduais. Este movimento de aplicação de capitais torna-se extremamente rentável, sobretudo nos países da periferia do sistema capitalista, na medida em que o investimento necessário para a instalação é superado pelas altas taxas de lucro obtidas através de condições históricas de atraso e desenvolvimento desigual (GONÇALVES, 1986).

De acordo com Tozi (2009), há um abandono da perspectiva de um “capitalismo nacional”, substituído por uma visão que aponta como caminho para o desenvolvimento a associação do capital nacional com o internacional, independente qual seja a sua origem. O processo torna mais complexo a distinção entre empresas nacionais e internacionais, ocasionando uma internalização da globalização no território, na economia e na política.

Como resultados nota-se, com base nos dados do BNDES (2020), que entre 1990 e 1994 o Estado brasileiro privatizou 33 empresas, cujas alienações geraram uma receita de US\$ 8,6 bilhões de dólares, somado ao acréscimo de US\$ 3,3 bilhões em dívidas transferidas ao setor privado, alcançando o resultado de US\$ 11,9 bilhões. Deste montante, os investimentos estrangeiros representaram uma pequena parcela de 5%, fato que iria mudar nos anos subsequentes.

O ajuste adotado por Collor apresentou resultados negativos que não foram eficazes na estabilização da economia brasileira e que, aliado a outros fatores, prejudicaram o seu mandato enquanto presidente da república, o forçando a renunciar em dezembro de 1992, cuja inflação

⁹ A desestatização consiste na venda de ativos públicos ou a transferência da prestação de serviço público à iniciativa privada por prazo determinado ou permanente. Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm



ultrapassava os 25% mensais, acumulando uma taxa anual na faixa de 1100% (Rezende, 1999). Entretanto, apesar de todos os aspectos negativos envolvendo este plano econômico, ele foi extremamente eficaz no que refere-se ao processo neoliberal de reestruturação do Estado e da economia brasileira.

Durante este período, foram aplicadas mudanças significativas na administração pública, através da redução do funcionalismo público e das funções do Estado enquanto órgão central de fomento da política industrial brasileira. Do ponto de vista macroeconômico, abriu a economia brasileira para as importações sem restrições, aliando o processo de privatização de setores produtivos ligado ao poder público, visando garantir as reformas estruturais formuladas pelo projeto neoliberal brasileiro, aspectos estes que seriam mantidos e intensificados qualitativamente durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

O governo Fernando Henrique Cardoso teve como um dos pilares estruturantes de sua reforma econômica a abertura indiscriminada da economia brasileira para a circulação mundial de capital e mercadoria. A fundamentação teórica usada como aporte para a questão do desenvolvimento do capitalismo no contexto da América Latina pode ser encontrada na íntegra na obra de Cardoso e Falleto (1970), intitulada Dependência e desenvolvimento na América Latina, configurando-se como uma influente contribuição acerca do desenvolvimento econômico na América do Sul.

Através da leitura atenta da obra citada é possível retirar excertos que justificam do ponto de vista teórico uma série de medidas adotadas durante a reformulação econômica proposta pelo Plano Real. A primeira diz respeito aos diferentes processos de industrialização no continente sulamericano, já que, na visão de ambos, as forças motrizes que impulsionaram o fenômeno de industrialização tardia na periferia do sistema capitalista mundial estariam todas ligadas à conjuntura política externa aos países.

A visão apresentada pelos autores aponta que, ao término desta conjuntura política internacional, passaram a existir diferentes padrões de industrialização na América Latina. As diferenças nos acordos políticos adotados e na pré-existência de condições infraestruturais básicas variam de país para país, resultando em diferentes graus de avanço e efetividade das políticas industriais (CARDOSO; FALETO, 1970).

O período que sucede a conjuntura política abordada anteriormente, no que diz respeito à continuidade do processo de industrialização na América Latina, representaria para os autores um momento no qual o leque de possibilidades de políticas econômicas para os países dependentes estaria amplamente restrito, restando dois caminhos: (I) A abertura das economias



nacionais para os capitais estrangeiros e (II) A superação do capitalismo e a construção socialismo.

O Plano Real defendia que somente a abertura comercial se configuraria como uma estratégia econômica que apresentaria resultados efetivos em um contexto que assinalava cada vez mais para a integração econômica mundial. Esta tendência hegemônica por sua vez, possuía como resultado o processo de integração econômica a nível mundial que garantia a manutenção das relações de dependência dos países periféricos da América Latina com as nações do centro dominante da economia capitalista (PAIVA, 2007). Cardoso e Falleto (1970, p. 126-127), reconhecendo essa sustentação de dependência, não tardam em apresentar argumentos buscando amenizar esta variável e dar sustentação a sua teoria, pois para eles:

São somente superficiais as semelhanças que parecem existir entre essa nova forma de dependência que existe nas economias formadas por através de enclaves. [...] talvez poder-se-ia dizer que nesse caso acontece o contrário do que ocorre em uma economia de enclave, pois enquanto as decisões de investimento dependem, ainda que parcialmente do exterior, o consumo é interno. Inclusive, nos casos mais típicos, manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno.

A concepção de desenvolvimento para a América Latina formulada por Cardoso e Falleto (1970), surge em um movimento de contraposição às idéias defendidas pelos criadores da teoria marxista dependência, a citar os brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos . Paiva (2007) aponta também a oposição as teorias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e frações da esquerda nacionalista e anti-americanista dos anos 50.

A oposição ideológica feita ao “cepalismo tardio” do qual Cardoso utiliza como referência as leituras feitas por Florestan (2005), encontra suas raízes fixadas nas diferentes manifestações na questão da dependência da América Latina, que, decorrente das dinâmicas oriundas do capitalismo posterior a segunda metade do século XX, viriam a surgir formas progressas de dependência, onde a integração plena ao mercado mundial teria como resultado uma perda relativa da autonomia dos Estados perante o controle de sua economia, já que:

para o novo tipo de desenvolvimento, os mecanismos de controle escapam parcialmente ao âmbito interno, na medida em que certas normas universais no funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento. (CARDOSO; FALETO, 1970, pp. 129-130).

Os autores supracitados reconhecem que a política econômica adotada durante a sua gestão, sobretudo quando falamos do plano real, sofria influências externas do mercado



mundial, que buscavam padronizar a estrutura de funcionamento das economias periféricas. De forma antagônica, afirmam que este novo tipo de desenvolvimento, idealizado de fora para dentro, através do consenso de Washington, não representa um aprofundamento da dependência brasileira perante o sistema financeiro mundial.

A sustentação teórica utilizada para defender tal leitura encontra-se no fato de que os entraves relacionados à dependência de produtos importados viria a ser superado através da chegada de indústrias multinacionais produtoras de bens de capital em território brasileiro, que viria a ser concretizada através da abertura comercial aplicada pelo plano real, onde os vínculos com o mercado internacional se dariam através de relações interdependentes, característica essa, segundo os autores, normal em economias modernas (CARDOSO; FALETO, 1970).

O campo crítico a teoria formulada por Cardoso e Falleto não poupou esforços em demonstrar o caráter extremamente desnacionalizante (ESPÍNDOLA, 2015) do ponto de vista econômico, resultante da aplicação do plano real, pois, conforme demonstrado anteriormente, a estratégia de superação da dependência latina defendida pelo campo da social democracia brasileira encontrava-se na internalização de setores produtivos de capital internacional, não havendo para eles efeitos colaterais relacionados à adoção de tais estratégias (PAIVA, 2007). As críticas ao plano real são feitas através da demonstração de distorções, demonstrando de forma antagônica que:

A desvantagem básica que a desnacionalização comporta é a progressiva dificuldade do Estado para conseguir controlar certos fatores econômicos importantes, como preços, ritmos produtivos e substituição de tecnologia, por exemplo, em uma época de crescente capacidade de pressão do capital transnacional sobre os Estados nacionais. Corre-se o risco de o mercado globalizado substituir o Estado em decisões econômicas estratégicas, tornando-o refém inerte das flutuações econômicas mundiais. [...] a economia globalizada significa a existência de um mercado internacional único, onde os fluxos de capital e a circulação de bens econômicos naturalmente obedecem a uma dinâmica interdependente. (REZENDE, 1999, p.194)

O processo de abertura comercial aplicado através do plano real possuía ainda uma faceta da qual Cardoso e Falleto (1970) ocultaram dos seus escritos, onde a limitação encontrada em suas análises reside no fato de não compreender que: (I) A instalação de setores de capital internacional em território brasileiro, amenizaria, naquele contexto histórico específico, as consequências da dependência brasileira somente do ponto de vista conjuntural; (II) Estruturalmente falando, a raiz do problema ainda continuaria intacta, na medida em que a indústria de capital nacional se encontraria ainda estagnada e pouco dinâmica, garantindo, portanto, a manutenção das relações de dependência, na medida em que o “financiamento externo torna-se imprescindível, seja como investimento direto ou como capital de empréstimos” (REZENDE, 1999, p.195). Portanto, ao contrário do que aponta os autores, a

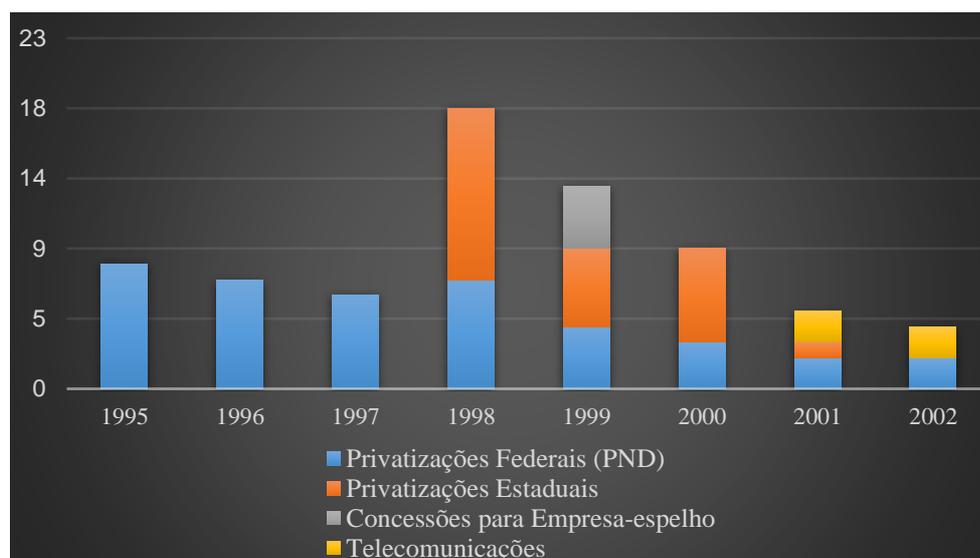


abertura econômica não só seria ineficaz, como elevaria a relação da dependência de insumos básicos e bens de capital (ESPÍNDOLA, 2015).

Outra importante questão referente a política econômica do governo Fernando Henrique, diz respeito ao processo de desnacionalização da economia brasileira, que por sua vez representa um reflexo das privatizações orquestradas pela política neoliberal nos anos que competem a nossa análise. Desta forma, FHC produziu um elevado estoque de capital privado nacional bom e barato que foi parar nas mãos do capital externo. O processo de privatização das estatais produtoras de serviços industriais de utilidade pública impôs a elas o mesmo destino (Paulani, 2008).

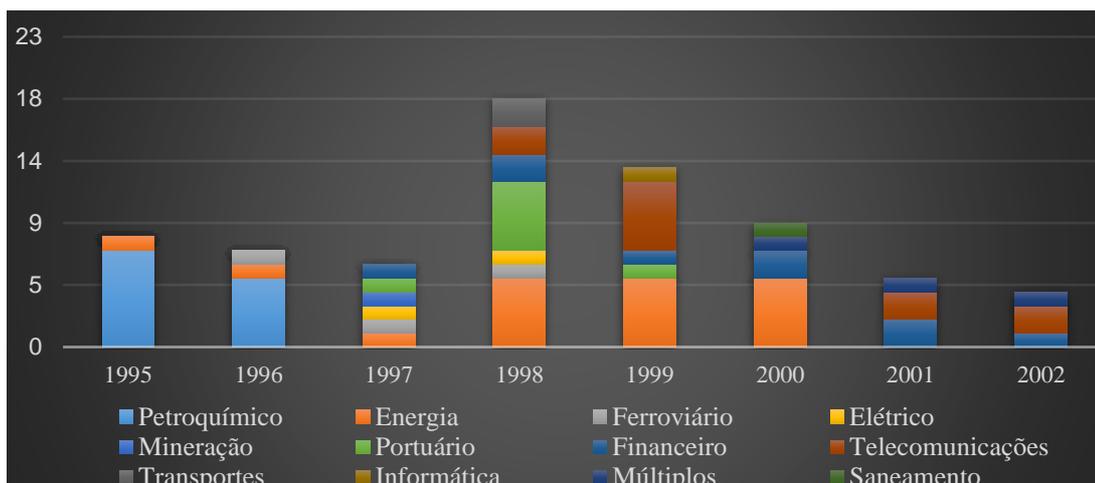
No gráfico 1 procuramos listar todas as privatizações concluídas durante o nosso recorte temporal, levando em consideração o ano, o tipo de operação realizada,. O gráfico 2, por sua vez demonstra estes processos de acordo com os setores produtivos.

Gráfico 1 – Privatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso – Tipo de operação



Fonte: BNDES. Adaptado pelo autor.

Gráfico 2 – Privatizações realizadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso – Setores produtivos



Fonte: BNDES. Adaptado pelo autor.

O reflexo deste aprofundamento da agenda neoliberal representado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso impõe novas dinâmicas aos processos de privatizações no Brasil, pois eleva a quantidade dos setores produtivos e de infraestrutura entregues ao setor privado, onde o capital internacional assume o seu papel enquanto investidor central. Estima-se que o programa de desestatização tenha arrecadado US\$ 78,6 bilhões¹⁰ entre os anos de 1995 a 2002, cujos investimentos estrangeiros representaram a parcela de 53% do total, o que significa um aumento de 48% se comparado com os anos iniciais do PND (BNDES, 2020).

Fica claro ao observar os dados referentes à questão brasileira que após a aplicação do plano real, sobretudo na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil passou a absorver quantias de capital internacional que foram aumentando significativamente na medida em que a década de 90 se desenrolava. O capital externo, por sua vez, concentrava suas operações em torno dos processos de privatizações realizados pelo governo federal.

A década de 1990 representa o período em que a política econômica brasileira estava fundamentada por ideários neoliberais que buscavam garantir a continuidade do processo de acumulação de capital, onde as ações aplicadas pelos governos possuíam como objetivo tornar o território brasileiro atrativo para os investimentos diretos do capital internacional. A tabela 1 mostra os fluxos de investimentos externos diretos no território brasileiro e em outros países selecionados, e o gráfico 1 demonstra a evolução destes investimentos no recorte espaço-temporal estabelecido para a pesquisa.

Tabela 1 – Fluxos de Investimento Externos Diretos (IEDs) em países selecionados (US\$ Milhões) 1990-2001

¹⁰ <https://oglobo.globo.com/economia/privatizacoes-ganharam-forca-partir-dos-anos-90-10448501>

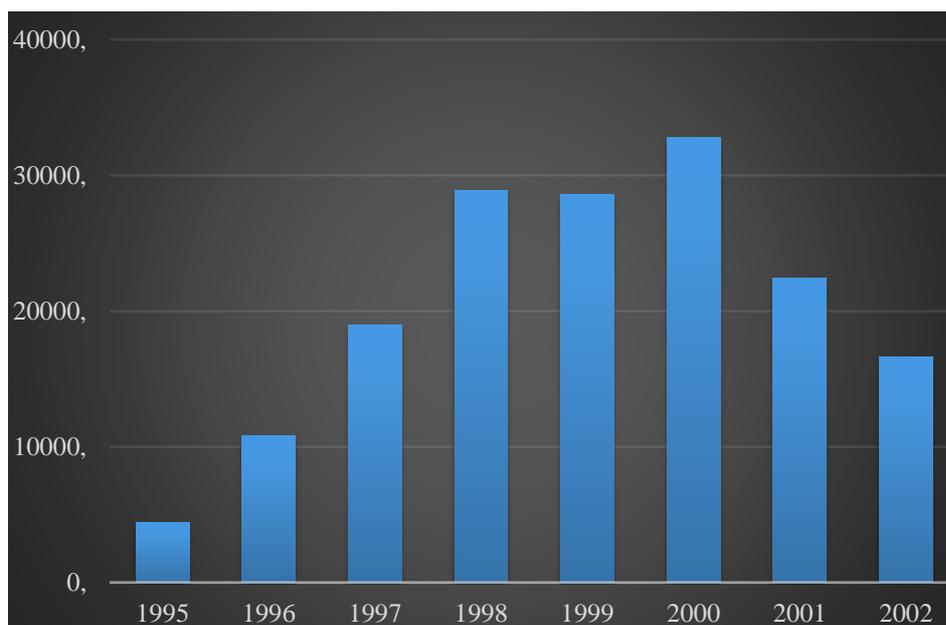


Países/regiões	1990- 1995*	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225.321	386.140	478.082	694.457	1.088.263	1.491.934	735.146
Países desenvolvidos	145.019	219.908	267.947	484.239	837.761	1.227.476	503.144
Argentina	3.458	6.951	9.156	6.848	24.134	11.152	3.181
Brasil	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
Chile	1.499	4.633	5.219	4.638	9.221	3.674	5.508
México	8.080	9.938	14.044	11.933	12.534	14.706	24.731
China	19.360	40.180	44.237	43.751	40.319	40.772	46.846
Índia	703	2.525	3.619	2.633	2.168	2.319	3.403

(*) média anual:

Fontes: Bacen, Cepal e Unctad, 2021. Organizado pelo autor

Gráfico 3 – Evolução dos investimentos externos diretos durante o governo Fernando Henrique (US\$ Milhões)



Fonte: Relatório de Investimento Mundial UNCTAD. Adaptado pelo autor

Durante o governo FHC a penetração do capital estrangeiro atingiu diversos segmentos produtivos e financeiros, ocasionando um aumento do passivo externo líquido país. Para além deste aspecto, temos a participação cada vez maior do capital estrangeiro no valor da produção brasileira, que saltou de 10% do PIB em 1995 para pelo menos 15% em 1998. A partir da segunda metade da década de 1990, observa-se nos relatórios do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil do Banco Central que a economia brasileira registra um crescimento do fluxo de capital externo, concentrando-se principalmente nos processos de privatizações e



fusões/aquisições. No ano de 1994, a participação do capital estrangeiro nestas operações era de 48% do total, passando para 56% em 1995, atingindo no ano seguinte 60%, alcançando em 1999, 70% do total (Anna, 2017).

Finalizamos as nossas discussões evidenciando que os investimentos externos diretos durante os governos Fernando Henrique deram prioridade aos processos de privatizações realizados no território brasileiro. As fusões e aquisições foram utilizadas como estratégia para que esse capital primeiramente se consolidasse e depois ampliasse sua posição no mercado nacional. Decorrente disto (Anna, 2017) o Brasil foi um dos países que ingressaram na rota dos IEDs na década de 1990, e ao longo de 1994-2001, manteve-se entre os principais absorvedores deste tipo de investimento.

Este fato deu-se por conta do aprofundamento das políticas neoliberais adotadas pelo governo, que estava em consonância com o movimento de mundialização do capital, atingindo diretamente os países em desenvolvimento, e, paralelamente, resignificando as relações de dependência entre centro e periferia, condição fundamental para o processo de acumulação de capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a década de 90 representa para o Brasil um momento de intensificação e reformulação das relações de subordinação perante o capital internacional, que neste momento passava por um processo de reestruturação produtiva profundamente marcada pela centralização global de capital, cujas ações objetivavam um aumento na liberdade de movimento de capitais .

A ascensão do neoliberalismo no Brasil pode ser compreendida através de dois fatores determinantes: o primeiro diz respeito ao fato de que tal orientação política e econômica é uma imposição que busca como objetivo central garantir a continuidade do processo de acumulação mundial de capital; segundo, no Brasil, tal estratégia política foi formulada pela elite nacional em um contexto de crise inflacionária, endividamento externo e sucateamento produtivo/estatal ao longo dos anos 80, garantindo assim a necessidade de adoção de um novo plano de desenvolvimento econômico.

O neoliberalismo pode ser interpretado como o braço político da globalização, cujas orientações indicam uma não intervenção do Estado na economia, mas, atribui a ele, a manutenção da estabilidade econômica que garanta a efetividade dos investimentos privados



do capital internacional. Uma das materializações do processo de globalização neoliberal no território brasileiro acontece mediante as privatizações que, no recorte temporal analisado na pesquisa, possui hegemonia centrada no capital internacional.

Por fim demonstra-se que a compreensão das privatizações pela análise geográfica abre possibilidades para avaliações que avancem no sentido de compreender estes fatos não apenas enquanto privatizações de setores econômicos ou de infraestrutura, mas sim a privatização do próprio território nacional, cuja regulação, organização e uso passam a ser orientadas para garantir o processo de reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. M. **Globalização: a retórica do velho imperialismo (uma abordagem do imperialismo dos séculos XX e XXI)** / José Rubens Mascarenhas de Almeida, 2009. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

AMIN, S. **GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO CONTEMPORÂNEO**. Revista Novos Rumos n. 45 (21): (2006). Disponível em:
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2128/1755>

ANNA, E. P. S. **O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO NO BRASIL DURANTE O GOVERNO FHC (1995-2002)**. Revista Observatório de la Economía Latinoamericana. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/investimento.html>

ANDRÉ, P. B; MESQUITA, Z. G. **DO IMPERATIVO DA FLUIDEZ À PRIVATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE TRANSPORTES NO BRASIL EM PERÍODOS RECENTES (2007-2016)**. In: Anais Eletrônicos do XIII Enanpege. São Paulo, 2019. Disponível em:
https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562628221_ARQUIVO_artigo_enanpege_mesquita_andre.pdf

BECKER, B. K. **A Geografia e o resgate da Geopolítica**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 2, N.1, p. 117-150, 2012 ISSN 2237-3071.

BENETTI, M. D. **Globalização e desnacionalização do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2004.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização no Brasil**. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/pnd/Priv_Gov.PDF

BORON, A. **América Latina en la geopolítica del imperialismo** / Atilio A. Boron. - 2a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2020. Libro digital, PDF.

BUKHARIN, N. I. (1984). **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural



CAPUTO, A. C; MELO, H. P. **A Industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC.** Revista Estud. Econ. vol.39 no. 3 São Paulo July/Sept. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000300003&script=sci_arttext

CARDOSO, F. H; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1970, 143p.

CISLAGHI, J. F. **Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT.** Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2019 _ n. 43, v. 17, p. 60 - 73

COSTA, E. **A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil.** ICP, São Paulo, 2013.

GENNARI, A. M. **GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E ABERTURA ECONÔMICA NO BRASIL NOS ANOS 90.** Revista PESQUISA & DEBATE, SP, Volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GODOY, P. R. T. **CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPERIALISMO NA TRADIÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA GEOGRAFIA.** Rev. Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 2, págs. 00-00, jul/dez. 2015.

GONÇALVES, C. W. P; AZEVEDO, N. M; **A GEOGRAFIA DO IMPERIALISMO: UMA INTRODUÇÃO.** BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA – BPG. n. 59 (1982). Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1028>

GONÇALVES, C. W. Porto. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GONÇALVES, R. **A internacionalização da produção: uma teoria geral?.** Revista de Economia Política, Vol. 4, nº1, janeiro-março/1984.

REZENDE, C. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Contexto, 1999.

HARVEY, D. **O NEOLIBERALISMO: história em implicações.** 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

LEME, A. A. **NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REFORMAS DO ESTADO: reflexões acerca da temática.** Revista Barbaroi no.32 Santa Cruz do Sul jun. 2010.

LENIN, V. I. (1986). **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo: Alfa Omega.

MACIEL, D. **Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado.** Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/david_maciel.pdf

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** São Paulo: Globo, 2005.



PAIVA, C. Á. N. **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: O ANTI-DEPENDENTISTA.**

In: Revista Ensaios FEE. Porto Alegre, 2007. Disponível em:
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2166>.

ESPÍNDOLA, C. J. **Políticas públicas e a dinâmica recente da balança comercial do agronegócio brasileiro.** In: Carlos José Espíndola; Cesar A. A. Martins. (Org.). Brasil: Temas de Geografia econômica. 1ed. Rio Grande: Ed FURG, 2015, v. 1, p. 43-70.

PAULANI, L. **Brasil Delivery.** São Paulo: Boitempo, 2008.

REZENDE, C. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Contexto, 1999.

SANDRONI, P. **NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DE ECONOMIA.** São Paulo: Editora Best Seller: 1999.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia (orgs.) **Território – Globalização e Fragmentação.** São Paulo, Hucitec/Anpur, 1998.

TOZI, F. **O território como recurso: a privatização das telecomunicações no Brasil. Do leilão dos fragmentos à totalidade do território.** Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 47-66, jul./dez. 2009